

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Potiguar

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em exercícios anteriores, a Administração da Companhia não nos apresentou a conclusão das análises necessárias para estimar o valor recuperável de ativos registrados no imobilizado no montante de R\$11.223 mil, para os quais havia indicativos de desvalorização. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a baixa desses ativos imobilizados no montante de R\$11.223 mil. Entretanto, devido à inexistência de análise em exercícios anteriores, não foi possível determinar a correta competência para registro dessa perda. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, dessa perda no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

A receita líquida da Companhia é um componente relevante das demonstrações financeiras. Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$101.787 mil (R\$105.193 em 2019).

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

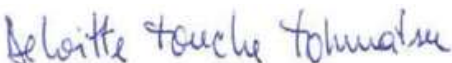
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

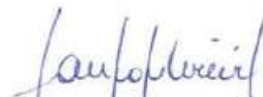
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de fevereiro de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	164.350	6.313	Fornecedores	13	6.022	4.556
Contas a receber	5	15.953	9.022	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	8.908	5.909
Impostos a recuperar	7	70	2.088	Obrigações sociais e trabalhistas		788	848
Estoques	9	15.234	17.541	Obrigações tributárias	15	51.196	1.539
Partes relacionadas	10	10.550	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	12.479	9.785
Outras contas a receber		378	68	Outras contas a pagar	16	2.284	1.072
Total dos ativos circulantes		206.535	35.032	Total dos passivos circulantes		81.677	23.709
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	-	6.394	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	18.410
Estoques	9	7.400	2.029	Obrigações tributárias	15	1.801	2.246
Impostos diferidos	8	928	523	Provisão para risco trabalhista	17	477	477
Depósitos judiciais	17	722	829	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	16.047
Partes relacionadas	10	-	14.486	Outras contas a pagar	16	4.747	10.071
Imobilizado	11	55.837	105.380	Total dos passivos não circulantes		7.025	47.251
Intangível		7.055	7.055				
Diferido	12	926	1.235	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		72.868	137.931	Capital social	18	63.149	47.102
				Reservas de lucros		60.673	54.901
				Dividendos adicionais propostos		66.879	-
				Total do patrimônio líquido		190.701	102.003
TOTAL DOS ATIVOS		279.403	172.963	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		279.403	172.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	91.452	94.447
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	(51.357)	(57.012)
LUCRO BRUTO		<u>40.095</u>	<u>37.435</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(18.993)	(9.339)
Honorários dos Administradores	20	(1.447)	(1.183)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	121.088	66
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>140.743</u>	<u>26.979</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	1.600	3.327
Despesas financeiras	21	(2.528)	(6.680)
Variação cambial líquida	21	(1.158)	-
Total		<u>(2.086)</u>	<u>(3.353)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>138.657</u>	<u>23.626</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(44.892)	(5.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 22	405	(1.553)
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	5.793	3.723
Total		<u>(38.694)</u>	<u>(2.919)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>99.963</u>	<u>20.707</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>2,662</u>	<u>0,551</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	99.963	20.707
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>99.963</u>	<u>20.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	47.102	3.539	41.466	6.929	-	-	99.036
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	20.707	20.707
Destinação do lucro:							
Reserva legal	18	-	1.035	-	-	(1.035)	-
Reserva de incentivo fiscal	18	-	-	3.723	-	(3.723)	-
Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS	18	-	-	119	-	-	119
Dividendos adicionais a pagar (R\$0,37 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(6.859)	(7.013)	(13.872)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (R\$0,11 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(3.987)	(3.987)
Reserva de lucros retidos	18	-	-	-	4.949	(4.949)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	47.102	4.574	45.308	5.019	-	-	102.003
Aumento de capital	18	16.047	-	-	-	-	16.047
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	99.963	99.963
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	18	-	4.998	-	-	(4.998)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	5.793	-	(5.793)	-
Dividendos adicionais a pagar de 2019 (R\$0,18 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(5.019)	-	(5.019)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,47 por ação)	18	-	-	-	-	(12.313)	(12.313)
Dividendos adicionais a pagar (R\$0,12 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(4.510)	(4.510)
Juros sobre capital próprio (R\$0,09 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(5.470)	(5.470)
Complemento de reserva de lucros retidos	18	-	-	-	66.879	(66.879)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	63.149	9.572	51.101	-	66.879	-	190.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		99.963	20.707
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	4.715	4.840
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	11	46.672	909
Reclassificação de imobilizado processo judicial		107	(2.863)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	14 e 21	774	2.603
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	14 e 21	1.340	535
Encargos líquido sobre mútuos	10	(284)	(1.567)
Provisão de risco trabalhista		-	72
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(405)	1.553
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.931)	15.752
Estoques		(3.064)	1.383
Impostos a recuperar		(7.105)	(11.680)
Outras contas a receber		(310)	(1.265)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.466	(12.802)
Impostos a recolher		59.116	15.506
Impostos de renda e contribuição social pagos		(781)	(1.823)
Obrigações sociais e trabalhistas		(60)	106
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(800)	(2.673)
Outras contas a pagar		(4.112)	(6.070)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>190.301</u>	<u>23.223</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	11	(1.535)	(410)
Depósitos bancários vinculados		<u>6.394</u>	<u>12</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>4.859</u>	<u>(398)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	39.221	-
Custo de captação adicionado	14	(240)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(55.706)	(25.934)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18	(24.618)	(18.057)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	16.047
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		<u>4.220</u>	<u>7.859</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(37.123)</u>	<u>(20.085)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>158.037</u>	<u>2.740</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.313	3.573
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	164.350	6.313
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>158.037</u>	<u>2.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Potiguar (“Companhia” ou “CEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 09.439.128/0001-20, controlada pela Global Participações em Energia S.A., constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoeletrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME nº 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Usinas Termoeletricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, em decorrência do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL. Para tanto as UTEs Potiguar e Potiguar III firmaram um total de sessenta Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR junto a Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, pelos quais (i) as UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, por meio do despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente à geração, 2ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente à geração e 3ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente da geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As UTEs Potiguar e Potiguar III entraram em operação comercial em março de 2009 e têm prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como outras restrições de natureza energética associadas ao sistema elétrico nacional, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2019 e 2020. Com isso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, receita de geração variável de R\$39.303 (R\$45.560 em 2019), além da receita fixa pela disponibilidade das usinas no valor de R\$62.484 (R\$60.367 em 2019). Nos exercícios de 2019 e 2020, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances históricas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber.

Ao mensurar a PCE a Companhia usa informações divulgadas no mercado de curto prazo, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoque

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso, quando cabível, do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; sempre que aplicável, também, realiza doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do segundo leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potencialmente diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3.1. Impactos COVID-19

O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de impacto relevante no futuro.
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios, apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020.
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.

- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 na cidade de Macaíba com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da UTE Potiguar.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	69	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	164.281	6.309
Total	164.350	6.313

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (62%, em 2019).

5. CONTAS A RECEBER

	2020	2019
Valores a vencer	7.185	2.209
Valores a faturar	8.768	6.813
Total	15.953	9.022

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade “spot”.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas na realização deste.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o ONS um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no mercado de curto prazo, a Companhia pode aproveitar a oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em razão desta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	-	6.394

A Companhia possuía aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deveriam ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2023. Em 2020 até seu resgate integral a remuneração foi equivalente a 92,5% do CDI (92,5% do CDI, em 2019).

Em 3 de março de 2020, o empréstimo com o banco BNB foi quitado, deixando que a Companhia passasse a reter recursos em contas de depósitos bancários vinculados, o montante foi integralmente resgatado.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	-	442
IRRF	-	1.337
PIS sobre faturamento	-	2
COFINS sobre faturamento	-	6
Outros	70	301
Total	<u>70</u>	<u>2.088</u>

Em 2020, a Companhia conseguiu realizar compensações tributárias reduzindo o saldo de impostos a recuperar.

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízos fiscais acumulados	-	-	744
Bases negativas acumuladas	-	-	2.161
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.186)
Despesas pré-operacionais		141	187
P&D - pesquisa e desenvolvimento		2.587	3.164
Outras diferenças temporárias		-	(746)
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		2.728	1.163
Total de bases negativas e diferenças temporárias		2.728	2.580
Imposto de renda	25%	682	291
Contribuição social	9%	246	232
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>928</u>	<u>523</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		2.213	1.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(1.285)</u>	<u>(957)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>928</u>	<u>523</u>
Efeito no Resultado		<u>405</u>	<u>(1.553)</u>

A expectativa da realização dos impostos diferidos, conforme o plano de negócios aprovado Administração da Companhia, está apresentado a seguir:

	2020			2019
	Diferido	P&D/PLR	Total	Total
2020	-	-	-	354
2021	16	260	276	(26)
2022	16	260	276	(26)
2023	16	360	376	221
Total	48	880	928	523

9. ESTOQUES

	2020	2019
Combustível	10.789	8.754
Almoxarifado de peças para manutenção	11.845	10.816
Total	22.634	19.570
Circulante	15.234	17.541
Não circulante	7.400	2.029
Total	22.634	19.570

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	2020			2019		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>								
Companhia Energética Candeias		sem encargos	10.550	-	-	-	-	-
Total			10.550	-	-	-	-	-
<u>Mútuo</u>								
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A	(b)	CDI+3,6%	-	-	284	14.486	-	2.841
Jones Aranha de Sá	(c)		-	-	-	-	-	(599)
Djalma Nunes Fernandes	(c)		-	-	-	-	-	(675)
Total			-	-	-	14.486	-	1.567
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Global Participações em Energia S.A	(d)	sem encargos	-	-	-	-	14.282	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(d)	sem encargos	-	-	-	-	1.605	-
Djalma Nunes Fernandes	(d)	sem encargos	-	-	-	-	160	-
Total			-	-	-	-	16.047	-
Circulante			10.550	-	-	-	-	-
Não circulante			-	-	-	14.486	16.047	-
Total			10.550	-	-	14.486	16.047	-
<u>Outras contas a pagar</u>								
Areia Energia S.A	(e)	sem encargos	-	638	-	-	857	-
Água Limpa Energia S.A.	(e)	sem encargos	-	760	-	-	1.021	-
Global Participações em Energia S.A.	(e)	sem encargos	-	2.082	-	-	2.796	-
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	(e)	sem encargos	-	1.325	-	-	1.779	-
Total			-	4.805	-	-	6.453	-
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(f)	sem encargos	-	825	(9.879)	-	831	(10.277)
Total			-	825	(9.879)	-	831	(10.277)

- (a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e podendo ser decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.
- (b) Os valores registrados como mútuo com a Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP são remunerados com base na variação mensal do CDI, acrescida de juros de 3,6% ao ano. Em 22 de maio de 2020, a TEP quitou o mútuo com a CEP.
- (c) Saldo a pagar aos mutuantes Djalma Fernandes e Jones Sá, com vencimento em setembro de 2020, quitado antecipadamente em 10/10/2019 e 21/10/2019, respectivamente.
- (d) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2019, o qual foi integralizado ao capital em 2020.
- (e) Refere-se a compra de prejuízo fiscal e base negativa das empresas do mesmo grupo econômico para adesão ao parcelamento PERT, por meio da opção IV, parcelando a entrada de 24% em 24 parcelas e quitando os 76% com prejuízo e base negativa sem redução de juros e multa.
- (f) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram pagos R\$1.447 (R\$1.183 em 2019) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. IMOBILIZADO

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	10%	(*)	20%	-	-	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.421	390	98.746	861	12.211	33	140.662
Reclassificação	-	-	-	-	5.857	-	5.857
Adições	-	6	324	80	-	-	410
Baixa	-	(17)	(445)	(2)	(594)	-	(1.058)
Transferências	-	-	(45)	13	32	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.421	379	98.580	952	17.506	33	145.871
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	13	233	65	1.224	-	1.535
Baixa	-	(5)	(5)	(119)	(11.223)	-	(11.352)
Transferências	39	1	13	22	(75)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.460	388	98.821	920	7.432	33	136.054
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(11.999)	(163)	(23.442)	(478)	-	(26)	(36.108)
Adições	(947)	(21)	(3.429)	(131)	-	(4)	(4.532)
Baixa	-	19	130	-	-	-	149
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(12.946)	(165)	(26.741)	(609)	-	(30)	(40.491)
Adições	(947)	(20)	(3.302)	(134)	-	(3)	(4.406)
Baixa	-	-	(35.417)	97	-	-	(35.320)
Transferências	1	2	(18)	15	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(13.892)	(183)	(65.478)	(631)	-	(33)	(80.217)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	14.568	205	33.343	289	7.432	-	55.837
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	15.475	214	71.839	343	17.506	3	105.380

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020, exceto do montante de R\$11.223 mil, relativo a imobilizado em andamento o qual a Administração realizou a baixa do montante em questão em 2020.

Bens dados em garantia

A Companhia possuía benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$98.959 em 31 de dezembro de 2019, líquidos de depreciação. Com a quitação do empréstimo com o BNB os bens foram liberados da garantia.

12. DIFERIDO

	2020	2019
Despesas pré-operacionais	4.686	4.686
Amortização acumulada	(3.760)	(3.451)
Total	<u>926</u>	<u>1.235</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, os quais foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,67% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. FORNECEDORES

	2020	2019
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	695	-
Cummins Vendas e Serviços	350	2
Global Engenharia Ltda	825	831
Instituto Avançado de Tecnologia	-	34
Petrobrás Distribuidora S.A.	3.198	-
Sotreq S.A.	263	6
Starr Internacional Brasil Seg	341	-
Venable LLP	-	3.407
Outros fornecedores	350	276
Total	<u>6.022</u>	<u>4.556</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2020	2019
Banco do Nordeste - FNE (a)	dez/23	10%a.a.	-	-	-	-	25.505
(-) Custos de transação		com bônus	-	-	-	-	(1.186)
Subtotal			-	-	-	-	24.319
Banco BBM (b)	jun/21	CDI +	12	8.900	-	8.912	-
(-) Custos de transação		2,45% a.a.	-	(86)	-	(86)	-
Subtotal			12	8.814	-	8.826	-
Banco ABC (c)	mai/21	CDI +	60	-	-	60	-
Subtotal		0,30% a.m	60	-	-	60	-
Banco Safra (d)	mar/21	CDI +	22	-	-	22	-
Subtotal		0,29% a.m	22	-	-	22	-
Total			94	8.814	-	8.908	24.319
Circulante			94	8.814	-	8.908	5.909
Não circulante			-	-	-	-	18.410
Total			94	8.814	-	8.908	24.319

- (a) O contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações, mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023. Em 3 de março de 2020, o empréstimo foi quitado antecipadamente e as suas garantias liberadas.
- (b) Cédula de Crédito Bancário assinada em 2 de março de 2020 no montante de R\$14,3 milhões, para substituição da dívida junto ao Banco do Nordeste - FNE, com data de vencimento em 15/06/2021. Possui incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 1,20% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM.
- (c) Contrato de conta garantida assinado em 4 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar um recurso de no máximo R\$20 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,3% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 09 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$30 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 03/05/2021 para 07/05/2021. Em 5 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$3.255, em 18 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$415, em 19 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 20 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$2.270, em 23 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$10.650 e em 25 de novembro de 2020 foram captados o montante de R\$1.020 totalizando o montante de R\$19.921. Os recursos captados foram pagos em 14 de dezembro de 2020 no valor de R\$3.300 e em 21 de dezembro de 2020 no valor de R\$16.621.

- (d) Contrato de conta garantida assinado em 23 de novembro de 2020, dando a possibilidade de captar um recurso de no máximo R\$5 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,299417% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, limitada até a data do vencimento. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi aditado e teve seu montante alterado para o limite de R\$10 milhões e consequentemente o seu prazo de vencimento passou de 22/02/2021 para 18/03/2021. Em 24 de novembro 2020 foram captados o montante total de R\$5.000, pagos em 28 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.501 e 30 de dezembro de 2020 o montante de R\$2.499.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.563	24.225	49.788
Juros e variações monetárias provisionadas	2.603	-	2.603
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.673)	-	(2.673)
Amortização dos custos de captação	535	-	535
Transferências	5.815	(5.815)	-
Pagamentos de principal	(25.934)	-	(25.934)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.909	18.410	24.319
Captação de empréstimos	39.221	-	39.221
Juros e variações monetárias provisionadas	774	-	774
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(800)	-	(800)
Aquisição dos custos de captação	(240)	-	(240)
Amortização dos custos de captação	1.340	-	1.340
Transferências	18.410	(18.410)	-
Pagamentos de principal	(55.706)	-	(55.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.908	-	8.908

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

O contrato de financiamento vigentes em 31 de dezembro de 2020 firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); e (b) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui mais covenants atrelados a seus contratos de empréstimos e financiamentos.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
IRPJ - Imposto de Renda	26.410	-
CSLL - Contribuição Social	10.855	281
INSS serviços de terceiros	62	67
PIS - Programa de integração social	2.271	78
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	10.463	364
IRRF serviços de terceiros	225	8
PIS/COFINS/CSLL retidos	82	45
ICMS e DIFAL	20	3
Parcelamentos tributários	2.559	2.888
Outros tributos a recolher	50	51
Total	52.997	3.785
Circulante	51.196	1.539
Não circulante	1.801	2.246
Total	52.997	3.785

Em 2020, a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes, aumentando significativamente o saldo de impostos a recolher no quarto trimestre de 2020.

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A.

Em 10 de julho de 2019, a Companhia aderiu a parcelamento ordinário por meio de um pedido espontâneo, parcelando o débito em 60 parcelas iguais e consecutivas por meio de débito em conta.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2020	2019
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.225	2.573
Água Limpa Energia S.A. (i)	760	1.021
Areia Energia S.A. (i)	638	857
Global Participação em Energia S.A. (i)	2.082	2.796
TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (i)	1.325	1.779
Petrobras (ii)	-	2.109
Outras	1	8
Total	<u>7.031</u>	<u>11.143</u>
Circulante	2.284	1.072
Não circulante	<u>4.747</u>	<u>10.071</u>
Total	<u>7.031</u>	<u>11.143</u>

(i) Contas a pagar em razão da compra de prejuízos fiscais, ver nota explicativa nº 10.

(ii) Contas a pagar em razão da compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petrobras.

17. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

O saldo de R\$405 refere-se a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

A Companhia possui uma ação extrajudicial ajuizada pela B2A referente a retenções de pagamento realizadas pela CEP em função de má prestação de serviços deste fornecedor, num montante total de R\$73.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia Energética Potiguar S.A. - CEP, contra Afinc Abílio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmada entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes. Após movimentação processual favorável a Companhia o saldo foi transferido para conta contábil de terrenos, permanecendo em depósito judicial o montante de R\$722.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$63.149 (R\$47.102 em 2019) está representado por 37.555 (37.555 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	2019 e 2020	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Global Participações em Energia S.A.	33.423.702	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.755.472	10%
Djalma Nunes Fernandes Junior (espólio)	375.547	1%
Total	<u>37.554.721</u>	<u>100%</u>

Capital social

Em 04 de maio de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE") o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$16.047.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculados e ajustados nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituída uma reserva legal de R\$4.998 (R\$1.035, em 2019), totalizando R\$9.572 (R\$4.574, em 2019).

Incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$51.101 (R\$45.308, em 2019) e o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano no montante de R\$5.793 (R\$3.842, em 2019).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 2019 a Companhia cumpriu com este requisito não deixando nenhum excedente na reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$3.730, o qual será destinado em assembleia geral em 2021.

Dividendos adicionais propostos

A Administração da Companhia decidiu, *as referendum* da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais ao mínimo no montante de R\$66.879.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	99.963	20.707
Quantidade de ação por lote de mil	37.555	37.555
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>2,662</u>	<u>0,551</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	99.963	20.707
Reserva legal	(4.998)	(1.035)
Reservas de incentivos fiscais	(5.793)	(3.723)
Base para dividendos	<u>89.172</u>	<u>15.949</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.293	3.987
Dividendos adicionais pagos em 2020	(4.510)	-
Juros sobre capital próprio de 2020	<u>(5.470)</u>	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>12.313</u>	<u>3.987</u>

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.470 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do exercício de 2020.

Em 21 de julho de 2020, a Administração destinou, em Reunião do Conselho de Administração, a título de dividendos complementares de 2019 no valor de R\$69 (R\$0,00 por lote de mil ações) e dividendos adicionais de 2020, o valor de R\$4.510 (R\$0,12 por lote de mil ações), os quais foram totalmente pagos.

Em 4 de maio de 2020, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$4.948 (R\$0,13 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente pagos.

Em 8 de abril de 2019, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$6.859 (R\$0,18 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, ainda não distribuídos.

Em 11 de novembro de 2019, a Administração destinou, em Reunião do Conselho de Administração, a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$3.987 (R\$0,11 por lote de mil ações) e dividendos adicionais de 2019, o valor de R\$7.013 (R\$0,19 por lote de mil ações), os quais foram totalmente pagos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2020 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2018	9.984
Dividendos propostos referente a 2018	17.858
Juros sobre capital próprio	(1.851)
Dividendos pagos	<u>(16.206)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	9.785
Dividendos propostos referente a 2019	5.019
Dividendos adicionais de 2020	4.510
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	12.313
Juros sobre capital próprio	5.470
Dividendos pagos de 2019	(6.858)
Dividendos pagos de 2020	(10.229)
Juros sobre capital próprio pagos em 2020	(8.352)
IRRF sobre JSCP pagos em 2020	<u>821</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2020	<u><u>12.479</u></u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	101.787	105.193
Deduções de venda		
PIS	(1.681)	(1.748)
COFINS	(7.743)	(8.050)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(911)	(948)
Total	<u><u>91.452</u></u>	<u><u>94.447</u></u>

20. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	2020	2019
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.517)	(3.324)
Depreciação e amortização	(4.715)	(4.839)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(6.954)	(6.665)
Custos com manutenção e operação	(39.751)	(45.429)
Arrendamentos e aluguéis	(166)	(221)
Custos e despesas com seguros	(152)	(232)
Despesas com viagens e comunicações	(141)	(388)
Serviços de terceiros	(779)	(405)
Assessoria e consultoria (a)	(14.998)	(5.446)
Tributos	(325)	(190)
Outras despesas (receitas) (a)	120.789	(329)
Total	49.291	(67.468)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(51.357)	(57.012)
Despesas gerais e administrativas	(18.993)	(9.339)
Honorários dos Administradores	(1.447)	(1.183)
Outras receitas operacionais, líquidas	121.088	66
Total	49.291	(67.468)

- (a) Refere-se à causa de natureza ativa, em que a Companhia era autora da ação, em uma causa com probabilidade de êxito possível, contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão. A ação movida contra o fornecedor Caterpillar Inc. foi encerrada em dezembro de 2020 após acordo entre as partes, incorrendo em gastos com assessoria e consultoria.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	112	391
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	284	2.841
PIS e COFINS sobre receita financeira	(78)	(163)
Outras receitas financeiras, líquidas	1.282	258
Subtotal	1.600	3.327
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(774)	(2.603)
Amortização de custo de captação	(1.340)	(535)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(1.274)
Outras despesas financeiras, líquidas	(414)	(2.268)
Subtotal	(2.528)	(6.680)
Variações cambiais líquidas	(1.158)	-
Total	(2.086)	(3.353)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a Companhia adotou o regime de lucro real para apuração do IRPJ e da CSLL. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.657	23.626
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(47.143)	(8.033)
Diferenças permanentes:		
Adições	(441)	(1.306)
Exclusões	3.097	4.250
Incentivos fiscais do imposto de renda	5.793	2.170
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(38.694)</u>	<u>(2.919)</u>

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Prêmio	Vencimento
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	115.500	410	10/11/2021
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	5	27/07/2021

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a três acionistas, representados por uma pessoa jurídica e 2 pessoas físicas. O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, aos fatores de risco a seguir mencionados, porém não são por eles afetadas:

Risco de crédito - decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez - decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operação.

Risco de mercado - decorre de alterações nos preços de mercado, referentes a taxas de juros, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanha a variação próxima do CDI e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual à dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	164.350	-	-	164.350
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	15.953	-	-	15.953
Outras contas a receber	Custo amortizado	378	-	-	378
Total		<u>180.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>180.681</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	Custo amortizado	6.022	-	-	6.022
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.908	-	-	8.908
Dividendos à pagar	Custo amortizado	12.479	-	-	12.479
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	788	-	-	788
Obrigações tributárias	Custo amortizado	51.196	900	901	52.997
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.284	-	4.747	7.031
Total		<u>81.677</u>	<u>900</u>	<u>5.648</u>	<u>88.225</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020. Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

				Cenário A	Cenário B
	Risco	Taxa (a)	Provável	25% (b)	50% (b)
		(*)			
<u>Ativo</u>					
Aplicação financeira	Baixa do CDI	2,15%	167.884	167.000	166.117
Efeito no resultado			-	(884)	(1.767)
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	2,15%	9.187	9.236	9.283
Efeito no resultado			-	48	96

* Fonte: Banco Santander

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.312, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$586), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$726), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2020

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.123.

Exercício de 2019

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$11.989.
 - Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS no montante de R\$119.
 - Reclassificação do resultado para imobilizado em função de processo judicial no montante de R\$5.857.
-